

Governo quer redução da dívida ainda este ano

BRASÍLIA

— Os programas de redução da dívida externa dos países em desenvolvimento devem ser executados de imediato e envolvendo uma operação inicial de “grande impacto”, de forma a proporcionar um “alívio” nas contas externas dos devedores, e, ao mesmo tempo, eliminar as incertezas que envolvem as economias destes países. Neste contexto, o governo brasileiro já iniciou ações no sentido de que, ainda este ano, se obtenham resultados significativos na redução do estoque da dívida brasileira, permitindo ao presidente Sarney lançar as bases para um programa mais ambicioso, que somente será implementado pelo seu sucessor.



Sérgio Amaral

Segundo o secretário para Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Sérgio Amaral, que forneceu ontem essas indicações, será impossível ao governo brasileiro, vivendo um momento de transição política com eleições presidenciais em novembro, pretender estabelecer um programa de redução de dívida de longo prazo. Esta iniciativa será tentada pelo México, que negocia com a comunidade financeira internacional um novo programa de rescalonamento de sua dívida externa, no qual as cláusulas de redução do estoque e da remessa dos juros são o ponto de partida. “Ao Brasil, agora, só resta obter as vantagens do plano em um acordo para apenas este ano”, insistiu.

Participação — Ontem, o Ministério da Fazenda divulgou, através de Sérgio Amaral, o chamado *Documento de Brasília*, fruto da reunião, no último dia 29 de abril, dos ministros da Fazenda dos países membros do Grupo dos Oito, que, além do Brasil e México, conta com a participação do Peru, Venezuela, Uruguai, Colômbia e Argentina, já que o Panamá está licenciado. No documento, encaminhado pelo ministro da Fazenda,

Mailson da Nóbrega, aos países membros do Grupo dos Sete (Itália, Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França e Inglaterra), os países latino-americanos esperam que nos próximos dias 14 e 15 de julho, na França, os países desenvolvidos possam definir de que forma participarão do processo de redução da dívida dos países subdesenvolvidos, com a implantação do Plano Brady.

Os países do Grupo dos Oito reforçam a filosofia do documento do Rio de Janeiro, elaborado em dezembro do ano passado, de que não é “econômica nem politicamente possível continuar com o esforço de ajustamento... É indispensável chegar a resultados concretos, imediatos e significativos nos programas de redução da dívida e seu serviço”. Ratificam, da mesma forma, o sentimento de que a “intensificação das tensões sociais tornará insustentável o esforço de ajustamento” de suas economias e procuram afastar mecanismos isolados no caminho da repatriação de capitais e de processos de conversão da dívida em investimento, que não podem ser considerados como instrumentos fundamentais.

Conversão — “Estes instrumentos não podem receber um tratamento preferencial como alguns pretendem atribuir”, resumiu Sérgio Amaral, lembrando que os processos de conversão em investimento têm um forte conteúdo inflacionário por se traduzir em emissão de moeda e também de elevação do endividamento público, com reflexos danosos sobre o déficit público, “o que é incompatível com os esforços de estabilização da economia”.

No menu idealizado pelo G-8, além dos já previstos mecanismos de recompra e de troca de títulos incorporando deságios e redução nas taxas de juros, se tem como alvo os bancos credores. A proposta é de que sejam modificados os regulamentos bancários de forma a estimular as instituições que participarem dos programas de estabilização e, ao mesmo tempo, penalizar as que não aderirem. Por exemplo, o de continuarem sujeitos ao fornecimento de novos recursos vinculados às incertezas do serviço da dívida.